



UFBA

PROCESSO SELETIVO

VAGAS RESIDUAIS 2017



19

Teoria Geral do Direito
Direito Constitucional
Redação

INSTRUÇÕES

Para a realização das provas, você recebeu este Caderno de Questões, uma Folha de Respostas para as Provas I e II e uma Folha de Resposta destinada à Redação.

1. Caderno de Questões

- Verifique se este Caderno de Questões contém as seguintes provas:
Prova I: TEORIA GERAL DO DIREITO — Questões de 01 a 35
Prova II: DIREITO CONSTITUCIONAL — Questões de 36 a 70
Prova de REDAÇÃO
- Qualquer irregularidade constatada neste Caderno de Questões deve ser imediatamente comunicada ao fiscal de sala.
- Nas Provas I e II, você encontra apenas um tipo de questão: objetiva de proposição simples. Identifique a resposta correta, marcando na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

ATENÇÃO: Antes de fazer a marcação, avalie cuidadosamente sua resposta.

LEMBRE-SE:

- A resposta correta vale 1 (um), isto é, você **ganha** 1 (um) ponto.
- A resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto), isto é, você **não ganha** o ponto e ainda **tem descontada**, em outra questão que você acertou, essa fração do ponto.
- A ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero). Você **não ganha nem perde nada**.

2. Folha de Respostas

- A Folha de Respostas das Provas I e II e a Folha de Resposta da Redação são pré-identificadas. Confira os dados registrados nos cabeçalhos e assine-os com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**, sem ultrapassar o espaço próprio.
- **NÃO AMASSE, NÃO DOBRE, NÃO SUJE, NÃO RASURE ESSAS FOLHAS DE RESPOSTAS.**
- Na Folha de Respostas destinada às Provas I e II, a marcação da resposta deve ser feita preenchendo-se o espaço correspondente com caneta esferográfica de **TINTA PRETA**. Não ultrapasse o espaço reservado para esse fim.

Exemplo de Marcação
na Folha de Respostas

01	<input type="checkbox"/>	F
02	<input checked="" type="checkbox"/>	V
03	<input checked="" type="checkbox"/>	V
04	<input type="checkbox"/>	F
05	<input checked="" type="checkbox"/>	V

- O tempo disponível para a realização das provas e o preenchimento das Folhas de Respostas é de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos.
-

ESTAS PROVAS DEVEM SER RESPONDIDAS PELOS CANDIDATOS AO SEGUINTE CURSO:

- DIREITO

PROVA I — TEORIA GERAL DO DIREITO

QUESTÕES de 01 a 35

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **01** a **35**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 01

A igualdade dos indivíduos sujeitos à ordem jurídica, garantida pela Constituição, não significa que aqueles devam ser tratados por forma igual nas normas legisladas com fundamento na Constituição, especialmente nas leis. Não pode ser uma tal igualdade aquela que se tem em vista, pois seria absurdo impor os mesmos deveres e conferir os mesmos direitos a todos os indivíduos sem fazer quaisquer distinções, por exemplo, entre crianças e adultos, sãos de espírito e doentes mentais, homens e mulheres. Quando na lei se vise a igualdade, a sua garantia apenas pode realizar-se estatuidando a Constituição, com referência a diferenças completamente determinadas, como talvez as diferenças de raça, de religião, de classe ou de patrimônio, que as leis não podem fazer acepção das mesmas, quer dizer: que as leis em que forem feitas tais distinções poderão ser anuladas como inconstitucionais. (KELSEN, 2006, p.158).

Considerando-se o contexto do normativismo, é correto afirmar que a lei pode estabelecer desigualdades formais e materiais, desde que justifique socialmente o conteúdo dessas diferenças, diante dos anseios sociais e da opinião pública.

Questão 02

Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º. (AS PROPRIEDADES rurais..., 2017).

Considerando-se o que dispõe o artigo mencionado, bem como as lições de Kelsen sobre a noção de direito subjetivo, é correto afirmar que, pela teoria do ordenamento jurídico, somente a lei pode prever como sanção, em hipóteses excepcionais, a privação da propriedade.

Questão 03

Pode persistir o vigor da norma mesmo que sua vigência já tenha acabado.

Questão 04

Se uma norma jurídica nada fala a respeito de sua *vacatio legis*, considerar-se-á, então, o início da sua vigência quando decorridos quarenta e cinco dias da data de sua publicação.

Questão 05

Segundo Norberto Bobbio, a noção de vontade da lei, entendida objetivamente, implica interpretações estáticas e conservadoras.

Questão 06

Em conformidade com o pensamento de Bobbio, entre as causas do advento da escola da exegese estão a codificação, a mentalidade dos juristas dominada pelo princípio da autoridade e a adoção da doutrina de separação dos poderes.

Questão 07

Característica da escola da exegese, a interpretação da lei fundada na vontade do legislador pode ser dividida em vontade real e vontade presumida, sendo a última fundamentada no direito natural ou espírito do povo.

Questão 08

As normas de competência são exemplos de normas que não necessariamente contém uma sanção.

Questão 09

Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994. – Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.

CAPÍTULO IX – Das infrações e sanções disciplinares

Art. 34. Constitui infração disciplinar:

VI - advogar contra literal disposição de lei, presumindo-se a boa-fé quando fundamentado na inconstitucionalidade, na injustiça da lei ou em pronunciamento judicial anterior. (CONSTITUI infração..., 2017).

Esse dispositivo legal, quando se refere a um processo de busca de legitimação do direito, mediante o uso da expressão "pronunciamento judicial anterior", revela influências do sistema de *common law*.

Questão 10

Considerando-se que, na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum, pode-se afirmar que, segundo a teoria do ordenamento jurídico, no Brasil, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro está hierarquicamente acima da Constituição Federal.

Questão 11

Em sua obra *O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito*, Norberto Bobbio destaca que, uma das críticas feitas ao sistema de *common law* por Bentham é que “[...]o povo não pode controlar a produção do direito por parte dos juízes, enquanto, se o direito fosse criado através das leis aprovadas pelo Parlamento, sua produção poderia ser controlada pelo povo[...]”, sendo possível extrair desse trecho críticas ao movimento de codificação do direito.

Questão 12

Diríamos até que, se o Direito é reduzido à *pura* legalidade, já representa a dominação ilegítima, por força desta mesma suposta identidade; e *este* “Direito” passa, então, das normas estatais, castrado, morto e embalsamado, para o necrotério duma pseudociência, que os juristas conservadores, não à toa, chamam de “dogmática”. (LYRA FILHO, 2006, p. 11).

A análise do texto permite afirmar que, para esse autor, a questão da legitimidade, que é uma exigência formulada pelas teorias críticas do direito no Brasil, vai além da legalidade formal.

Questão 13

O jusnaturalismo teológico entende que a interpretação jurídica deve assumir as finalidades sociais como critério hermenêutico fundamental.

Questão 14

A tradição jusnaturalista enxergava o dever como um princípio moral, desde que positivado em códigos.

Questão 15

De acordo com o pensamento de Kelsen, a interpretação autêntica é desprovida da capacidade de criar direito.

Questão 16

A teoria da norma em Kelsen indica que a norma jurídica geral não pode prever (e predeterminar) todos aqueles elementos que só aparecem através das particularidades do caso concreto, mas é moldura dentro da qual há de ser produzida a norma jurídica individual.

Questão 17

Segundo a teoria normativista de Hans Kelsen, há possibilidade de estabelecer responsabilidade objetiva, mesmo que não advinda da lei, para garantir um princípio de justiça, sendo essa considerada a pedra de toque da Teoria Pura do Direito.

Questão 18

No Brasil, a matriz de pensamento crítico sobre o direito traz um esgotamento e a crise do paradigma da ciência jurídica na sua vertente formal-positivista, sempre se baseando em ideias jusnaturalistas.

Questão 19

No contexto do pós-positivismo, o pluralismo político pode ser considerado um princípio constitucional hermenêutico.

Questão 20

Segundo o Direito dos Estados totalitários, o governo tem poder para encerrar em campos de concentração, forçar a quaisquer trabalhos e até matar os indivíduos de opinião, religião ou raça indesejável. Podemos condenar com a maior veemência tais medidas, mas o que não podemos é considerá-las como situando-se fora da ordem jurídica desses Estados. (KELSEN, 2006, p. 44).

Nesse texto, é possível identificar a visão estatalista do direito na Teoria Pura do Direito.

Questão 21

Para garantia da segurança jurídica, considerando-se o princípio da legalidade e a separação dos poderes, uma vez aprovada por maioria absoluta e publicada no Diário Oficial, fica vedado o questionamento da constitucionalidade da lei.

Questão 22

Emenda Constitucional nº 96, de 06 de junho de 2017

[...] não se consideram cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos. (NÃO SE consideram..., 2017).

Com o reconhecimento constitucional de um costume, a EC 96/17 retrata uma influência do culturalismo jurídico na legislação.

Questão 23

No contexto do positivismo normativista, as normas jurídicas estão submetidas à lógica deontica, que trabalha com o princípio da imputação.

Questão 24

Considerando-se o Art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que estabelece que “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”, é correto concluir que o desconhecimento da lei é causa de inexigibilidade de conduta diversa.

Questão 25

Ao afirmar que sistema jurídico é um ordenamento coerente, o jurista Hans Kelsen o faz com base em critérios lógico-formais.

Questão 26

Relativamente ao pensamento de Mascaro (2015) de que “Na sociedade brasileira, há variados casos das chamadas normas que 'não pegam', normas jurídicas que são reiteradamente ignoradas até mesmo pelos agentes do Estado”, é correto afirmar que, em termos lógico-formais, tais normas não produzem efeitos, perdem o vigor.

Questão 27

Uma das traduções críticas da denominada norma hipotética fundamental da Teoria Pura do Direito está em Norberto Bobbio, ao dizer que o que impõe o ordenamento jurídico é o poder nas suas mais variadas manifestações.

Questão 28

Resolução CNE/CES n° 9, de 29/09/2004, – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências .

Art. 3º. O curso de graduação em Direito deverá assegurar, no perfil do graduando, sólida formação geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania. (O CURSO de graduação..., 2017).

Relativamente ao dispositivo analisado, é possível identificar influências do pensamento jurídico contemporâneo positivista, devido à valorização dos fenômenos sociais e das teorias críticas, quando considera a Ciência do Direito como dogmática jurídica.

Questão 29

A fórmula lógica de que *o que não está juridicamente proibido está permitido* conduz ao pensamento de um contínuo de licitudes, valorizando como princípio a liberdade.

Questão 30

A análise dos traços do historicismo permite identificar que o sentido da tradição da Escola Histórica não altera a relação clássica de prevalência da lei sobre o costume como fonte do direito.

Questão 31

É correto extrair do pensamento de Miguel Reale de que "o que organiza a sanção jurídica é sua predeterminação e organização", noções de previsibilidade e de racionalização do uso da força estatal.

Questão 32

Os mecanismos de integração podem solucionar o problema da completude do ordenamento jurídico.

Questão 33

O adágio jurídico *o que não está nos autos não está no mundo* traduz as exigências das teorias críticas de fundamento sociológico no Brasil.

Questão 34

[...]

Em setembro de 2015, a legalidade das audiências de custódia no Brasil foi confirmada pelo Supremo Tribunal Federal – STF – e, em dezembro de 2016, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ – regulamentou o tema, determinando que os tribunais implantassem a metodologia em todo o território nacional.[...]. (EM SETEMBRO de 2015..., 2017).

Pela teoria do ordenamento jurídico em Hans Kelsen, é condição de validade dessa norma regulamentadora emitida pelo CNJ outra norma superior que lhe atribua competência para regulamentar o assunto.

Questão 35

A Constituição Federal Brasileira, visando permitir alterações no seu texto, por força de necessidades sociais e econômicas, não possui cláusulas pétreas.

PROVA II — DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÕES de 36 a 70

INSTRUÇÃO:

Para cada questão, de **36 a 70**, marque na coluna correspondente da Folha de Respostas:

V, se a proposição é verdadeira;

F, se a proposição é falsa.

A resposta correta vale 1 (um ponto); a resposta errada vale -0,5 (*menos* meio ponto); a ausência de marcação e a marcação dupla ou inadequada valem 0 (zero).

Questão 36

Os direitos e as garantias fundamentais são compreendidos como normas formal e materialmente constitucionais, tendo em vista a sua importância e o reconhecimento amplo de que devem constar na Constituição.

Questão 37

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT – não integra, formalmente, a Constituição Federal de 1988 – CF/88, e as suas regras não permitem mudança via emenda constitucional.

Questão 38

A Constituição de 1824 trazia tanto a previsão de estado unitário, como a separação entre igreja e estado.

Questão 39

Uma das características da CF/88 é o seu caráter analítico, que corresponde ao elevado grau de detalhismo no tratamento dos assuntos constitucionais.

Questão 40

A República foi consagrada, expressamente, como cláusula pétrea, segundo a CF/88.

Questão 41

Não pode ocorrer aprovação de proposta de emenda constitucional nos casos de intervenção federal, Estado de Defesa e de Estado de Sítio, conclusão derivada do ambiente de instabilidade institucional que se instala no País em tais casos.

Questão 42

A CF/88 consagrou, expressamente, a competência concorrente dos municípios em matéria de trânsito e transporte, vedando, neste caso, a atuação da União.

Questão 43

Compete aos estados a regulamentação dos serviços locais de gás canalizado, vedada a expedição de medida provisória em sua regulamentação.

Questão 44

O modelo de controle de constitucionalidade do tipo difuso-incidental foi concebido na Áustria, em 1920, a partir das lições do Professor Hans Kelsen.

Questão 45

Segundo a CF/88, a Ação Declaratória de Constitucionalidade tem por objetivo confirmar a regularidade normativa de lei ou ato normativo federal ou estadual frente à Lei Maior, pacificando controvérsias a respeito.

Questão 46

Em conformidade com a CF/88, os prefeitos municipais, governadores de estado e o Presidente da República têm legitimidade ativa para a propositura, junto ao Supremo Tribunal Federal, de ação direta de inconstitucionalidade do tipo genérica.

Questão 47

Segundo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a nacionalidade é um direito essencial, devendo os estados evitar casos de apatridia.

Questão 48

Segundo a Constituição de 1988, um brasileiro que tenha nascido no exterior, filho de pai ou mãe brasileiro, e que foi registrado em repartição competente, pode, regularmente, concorrer ao cargo de Presidente da República do Brasil, respeitadas as demais condições de elegibilidade.

Questão 49

Os Territórios Federais integram, também, a Federação Brasileira, uma vez que possuem a representação na Câmara, de quatro deputados federais.

Questão 50

No Brasil, a criação de municípios exige tanto a edição de lei estadual, dentro do período especificado por lei ordinária federal, como também estudos de viabilidade municipal e aprovação do eleitorado local, por referendo.

Questão 51

Diferentemente dos chamados direitos individuais, no âmbito dos direitos sociais, é exigida, usualmente, maior intervenção do Estado, o que ocorre via políticas públicas, passíveis, excepcionalmente, de controle jurisdicional, conforme o Supremo Tribunal Federal.

Questão 52

A União pode delegar aos estados aspectos específicos das suas competências privativas, o que exige lei complementar.

Questão 53

No Brasil, é possível a intervenção federal em casos excepcionais, sendo que a União – que jamais pode sofrer intervenção – tem legitimidade de intervir nos estados, no Distrito Federal e nos municípios, nas hipóteses previstas pela CF/88.

Questão 54

De acordo com a visão doutrinária majoritária, os direitos de primeira geração ou dimensão contemplam o ideal de liberdade, sendo exemplificados pelos direitos civis e políticos.

Questão 55

A Constituição de 1988 consagra, expressamente, a proporcionalidade como um dos princípios reguladores da Administração Pública no Brasil.

Questão 56

Segundo o Supremo Tribunal Federal, é legítima a prisão de parlamentar envolvido no delito de organização criminosa, tendo em vista a constatação de flagrante de crime inafiançável.

Questão 57

As imunidades parlamentares são adquiridas, pelos deputados e senadores, apenas quando de sua posse no respectivo cargo eletivo, e têm por alvo a proteção da independência do seu exercício funcional.

Questão 58

As Comissões Parlamentares de Inquérito possuem poderes próprios de investigação de autoridades judiciais, entre os quais o poder de quebra de sigilo bancário, fiscal e de dados telefônicos.

Questão 59

Matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa.

Questão 60

Segundo o Supremo Tribunal Federal – STF, sanção presidencial não convalida o vício de iniciativa.

Questão 61

Conforme prevê a CF/88, devem ocorrer eleições indiretas em caso de vacância dos cargos de Presidente e de Vice-Presidente da República, nos dois últimos anos de mandato.

Questão 62

Nos casos de acusação de que o Presidente da República praticou crime comum, para a instauração do processo penal, é indispensável que haja a autorização da Câmara dos Deputados, exigindo-se o voto de, pelo menos, 2/3 dos parlamentares para a análise da denúncia ou queixa pelo STF.

Questão 63

Segundo a Constituição de 1988, o Presidente da República não pode delegar nenhuma de suas atribuições.

Questão 64

Entre as prerrogativas dos juízes se inclui a vitaliciedade, que, diferentemente da estabilidade, é adquirida após um ano de exercício funcional.

Questão 65

O incidente de deslocamento de competência pode ser utilizado pelo Advogado-Geral da União, de modo a garantir, frente ao STF, a apuração eficaz de grave violação a direitos humanos.

Questão 66

No âmbito da Justiça Federal de segundo grau, pode-se dizer que o Estado da Bahia está submetido à jurisdição do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife e abrangência perante os estados do Nordeste brasileiro.

Questão 67

De acordo com o STF, os estados estão obrigados a repetir, com fundamento no princípio da simetria, o rol de legitimação ativa constante do modelo federal para a propositura, junto ao respectivo Tribunal de Justiça, de representação de inconstitucionalidade.

Questão 68

A Constituição Federal de 1988 assegura que haja a promoção de juízes, alternadamente, por antiguidade e por merecimento, sendo que o Tribunal somente pode recusar promoção do juiz mais antigo pelo voto de 2/3 dos seus membros.

Questão 69

O veto presidencial pode ser parcial, ocasião em que, necessariamente, abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

Questão 70

Para a investidura no cargo, os ministros do Supremo Tribunal Federal precisam ter notável saber jurídico e reputação ilibada, ademais, precisam ser brasileiros natos e ter mais de 35 e menos de 65 anos de idade.

PROVA DE REDAÇÃO

INSTRUÇÕES:

- Escreva sua Redação com caneta de tinta AZUL ou PRETA, de forma clara e legível.
- Caso utilize letra de imprensa, destaque as iniciais maiúsculas.
- O rascunho deve ser feito no local apropriado do Caderno de Questões.
- Na Folha de Resposta, utilize apenas o espaço a ela destinado.
- Será atribuída a pontuação ZERO à Redação que
 - se afastar do tema proposto;
 - for apresentada em forma de verso;
 - for assinada fora do local apropriado;
 - apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato;
 - for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade;
 - apresentar texto incompreensível ou letra ilegível.

Os textos a seguir devem servir como ponto de partida para a sua Redação.

Fragmento da entrevista que o escritor de Moçambique, Mia Couto, concedeu à Revista Muito, de A Tarde, em 18/06/2017, aproveitando a sua vinda a Salvador para “apresentar no TCA, a primeira palestra da edição 2017 do Fronteiras do Pensamento, que tem como tema geral Civilização – A sociedade e seus valores”.

- **O tema do *Fronteiras do Pensamento* deste ano, *Civilização – A sociedade e seus valores*, parece refletir o momento especialmente perturbador que atravessamos em relação aos direitos humanos no planeta, com a eleição de Trump e a instabilidade política em vários países. Quais seriam os valores que pautam a civilização na contemporaneidade?**

Eu acho que o mais importante é a tentação de buscar identidades que atuam como refúgio, de construir fortalezas contra a ameaça dos outros, esses que passaram de estranhos para a categoria de inimigos. Porque essa construção do “inimigo” a partir daquele que simplesmente desconhecemos é agora feita em nome da “civilização”, em nome da “modernidade”. Mais do que nunca é preciso dar resposta a esse apelo fundado no “invasor”, essa permanente fabricação do medo. O risco é que vença a ideia de que estamos perante uma inevitável guerra entre dois campos civilizacionais.

- **Como o senhor vê o avanço crescente do racismo e do fascismo em todo o mundo?**

Fico preocupado com o modo desavergonhado com que o racismo e o fascismo se apresentam hoje em dia. Apesar do esforço de uma linguagem mais educada, essas doenças nunca desapareceram de fato. Mas não creio que haja, no global, um “avanço”: essas manifestações sempre estiveram presentes, mais ou menos disfarçadamente. A tentação de discriminar e culpar o “outro” assume agora proporções mais alarmantes por causa da conjuntura global de crise. Penso que o racismo e o fascismo comportam-se como as doenças oportunistas: já estavam lá, mas não havia sintomas claros. Numa situação generalizada de medo, como a que vivemos hoje, há condições que favorecem a manipulação política. As pessoas votam apressadamente por um salvador, por alguém que venha “repor a ordem”. Estes tempos são o paraíso dos populistas. Creio também que estamos a viver a ressaca do “politicamente correto”. Pensávamos que havia menos racismo ou menos sexismo por causa de uma nova representatividade de raça e de sexo. Acreditamos que houve mudanças sensíveis no modo de pensar da humanidade porque se passou o vocabulário a pente-fino. Esse maior cuidado em si mesmo não é mau. Mas o racismo e o sexismo não mudaram tanto como acreditamos. Continuamos a viver numa sociedade que produz desigualdade. Não basta um penteado novo. É preciso uma nova cabeça.

COUTO, Mia. **Muito**, Salvador, p. 8, 18 jun. 2017. Revista semanal do grupo *A Tarde*.

PROPOSTA

Refleta sobre os pontos de vista expostos pelo autor e produza um **texto dissertativo-argumentativo**, usando a norma-padrão da língua portuguesa e apresentando argumentos que apoiem sua opinião a respeito do assunto, discorrendo sobre a ideia de que "O racismo e o sexismo não mudaram tanto como acreditamos. Continuamos a viver numa sociedade que produz desigualdade. Não basta um penteado novo. É preciso uma nova cabeça".

RASCUNHO

RASCUNHO

REFERÊNCIAS

Questão 01

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. 7ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Questão 02

AS PROPRIEDADES rurais... Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil-03/constituicao/costituicaocompilado.htm> Acesso em 20 jun. 2017.

Questão 09

CONSTITUI infração... Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm>. Acesso em: 10 jul. 2017.

Questão 11

BOBBIO, N. **O positivismo jurídico: lições de filosofia do direito**. São Paulo: Ícone, 1995.

Questão 12

LYRA FILHO, R. **O que é Direito**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

Questão 20

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. 7ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Questão 22

NÃO SE consideram... Disponível em: www.planaltocivil-03/constituicao/emendas/emclemc96.htm>. Acesso em 30 jun. 2017.

Questão 26

MASCARO, A. L. **Introdução ao estudo do Direito**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Questão 28

O CURSO de graduação ... Disponível em: www.portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf>. Acesso em 03 jul. 2017.

Questão 34

EM SETEMBRO de 2015... Disponível em: www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81945-audiencias-de-custodia-sao-previstas-na-maior-parte-da-america-diz-estudo>. Acesso em 27 jun. 2017.



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAD/COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO E ORIENTAÇÃO
Rua Padre Feijó, 49 – Canela
Cep. 40110-170 – Salvador/BA
Telefax (71) 3283-7820 – E-mail: ssoa@ufba.br
Site: www.vagasresiduais.ufba.br